

Projeto beneficia quem ganha menos

O projeto de lei do Programa de Garantia de Renda Mínima, elaborado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), está em tramitação na Câmara dos Deputados desde o ano passado, já tendo sido aprovado pelo Senado. Pelo projeto, todas as pessoas acima de 25 anos que recebem menos de R\$ 200,00 teriam uma complementação salarial na forma de imposto de renda negativo, no valor de 30% da diferença para chegar a esse valor. Alguém que recebesse um salário mínimo, teria, assim, uma complementação de R\$ 30,00 paga diretamente pelo Estado.

Os programas implantados no DF com a Bolsa Escola e em Campinas, com a renda mínima garantida, são muito diferentes da proposta do Senador. O GDF e a prefeitura de Campinas destinam o dinheiro para cada família, condicionando o seu recebimento à presença das crianças em idade escolar nas escolas. No caso de Campinas é obrigatória a participação em programas de saúde e recuperação social.

O deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), relator do projeto de lei da renda mínima, disse que vai, levar em conta em seu parecer a experiência da prefeitura paulista e do GDF. "Indiscutivelmente o projeto do senador Suplicy é uma forma de acabar com as políticas de assistência social ineficientes que existem no Brasil", afirmou Rigotto, explicando que ele deverá ser implantando de forma gradativa, atendendo inicialmente pessoas mais idosas e estados mais pobres do Nordeste.